



Câmara Municipal de Varginha

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023 DO MUNICÍPIO DE VARGINHA.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Varginha, localizado na Praça Governador Benedito Valadares, 11, nesta cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, realizou-se a Audiência Pública, objetivando apresentar, avaliar e discutir o cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2023, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de Junho de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência foi conduzida pelo Presidente da Câmara Municipal de Varginha, o vereador, Apoliano de Jesus Rios que, iniciou anunciando os participantes, o vereador Daniel Alves Farias, vereador Alberto Dias Valério, o vereador Rodrigo Silva Naves, a controladora Regina Bueno Nogueira, e representando o poder Executivo, o contador Lupércio Narciso Vieira. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Lupércio Narciso Vieira, que apresentou os resultados obtidos, explicando detalhadamente através da leitura do seguinte relatório, Para uma receita prevista na LDO de R\$ 627,60 milhões arrecadou-se até o 1º quadrimestre R\$ 276,88 milhões - 44% do previsto. Desse montante R\$4,57 milhões referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras do INPREV. Entre as receitas, o IPTU teve uma



Câmara Municipal de Varginha

arrecadação de R\$ 28,56 milhões - 50% do previsto - e o ISSQN R\$ 21,91 milhões - 38% do previsto. Receita menos despesa nos leva à economia de R\$ 49,86 milhões. Essa economia é denominada **Resultado Primário**- principal indicador de solvência no setor público - cuja meta para o ano é de 4,70 milhões. Dessa forma meta cumprida. A despesa do Executivo com pessoal totalizou 35,71%, situada abaixo do limite de alerta da LRF estabelecido em 48,60%. Despesa dentro dos limites legais. O município conta com R\$ 859,50 milhões de Disponibilidades Financeiras, sendo R\$ 470,14 milhões relacionadas ao INPREV, cuja entidade é mera administradora e constitui-se em Patrimônio dos Servidores Municipais. A Dívida Consolidada em 30 de abril/2023 totaliza o montante de R\$ 98,32 milhões. O Resultado Nominal que representa a diferença da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos (dezembro/2022 e abril/2023) teve como meta para 2023 o acréscimo de R\$ 11,45 milhões no saldo das dívidas. O Resultado apurado em abril foi uma redução de R\$ 51,02 milhões - face ao aumento de 46,83 milhões em disponibilidades financeiras. Conclui-se que as Metas foram cumpridas. Lupércio anda disse que o cálculo do resultado nominal, onde tivemos a dívida consolidada e a dívida líquida entre dois períodos, a disponibilidade caixa comparada, e na folha número 6, as dívidas, que totalizaram os R\$ 98 milhões, sendo R\$ 72 milhões de previdenciários da prefeitura, 394 previdenciário da Hospitalar, o projeto soma 218 mil, programa "Finisa" 22



Câmara Municipal de Varginha

milhões, financiamento de máquinas e equipamentos BDMG 2 milhões e a dívida com a CEMIG de 844 do hospital Bom Pastor, que no ano passado encerrou um saldo de 924 mil, então já houve uma redução, que em relação às dívidas, o melhor momento para observar é sempre comparando dezembro com dezembro, porque ao longo do ano elas vão sofrendo também atualização monetária. Mas, neste primeiro momento, nós tivemos redução do saldo das dívidas, que foi apresentado no próprio resultado nominal. A palavra foi passada ao vereador Alberto Dias Valério que disse que a dívida da Cemig vinha de gestões anteriores que o Hospital tinha, há uns três, quatro anos ela estava em torno de mais de 2 milhões e deixo como sugestão a questão da implementação de fotovoltaicas no município para suprir a demanda energética do hospital regional, pois o novo equipamento da oncologia gera muita despesa com energia, que, seria interessante arrumar mecanismos para baixar o custo de produção, que, o vereador Daniel Rodrigues Farias disse que, questionou sobre a construção de uma usina fotovoltaica para suprir a necessidade do hospital, que, na ocasião eles disseram que lá não tem onde instalar, por causa do número de placas que precisaria, que, então eles precisariam de uma área doada pelo município para poder fazer essa instalação, que, provavelmente em um futuro próximo deve chegar um projeto para nós, aqui na Casa para poder analisar essa questão. O Vereador Alberto Dias Valério mencionou que a matéria já foi questionada no começo do



Câmara Municipal de Varginha

mandato, nós demos essa sugestão ao presidente da FHOMUV (Alemão do café) que aqui esteve presente e ele, na época, falou que era inviável o custo, falou de área, nós citamos a área do aterro sanitário que é uma área do município disponível, onde você não pode fazer muita coisa, não precisa nem comprar, que, seria sugestivo a colocação dessa fotovoltaica lá no aterro sanitário e nós temos vários outros pontos aqui do município que podem sim ser instaladas essas fotovoltaicas, que, é uma questão de visão para baixar custos, o vereador Rodrigo Silva Naves mencionou que é uma questão mais de divisão pra baixar custo, que, parece que se a prefeitura quisesse ela pode comprar uma área, não sei se ela tem uma área próxima a pch, se não me engano, de lá ela pode mandar para cá essa energia, ela tem condição de fazer isso, próximo de um local como esse que já abastece a cidade, então faz as vinculações, que, só cabe a prefeitura agora buscar esse mecanismo e fazer essa implantação, que uma coisa que me chama a atenção é o seguinte, vamos falar de ecologia? Que, isso é urgente. Você já imaginou economizar 844 mil reais? Alberto Dias Valério fez um questionamento em relação ao INPREV, como que está a situação financeira do INPREV em termos de dinheiro em caixa? QUE, Lupércio disse que, está com 417 milhões de disponibilidade financeira, que então, na conta aplicação, 470, 131 milhões, que, no primeiro quadrimestre, o rendimento no mercado financeiro deu 4,57 milhões, que, a prefeitura deu 8 milhões, totalizando só



Câmara Municipal de Varginha

de rendimento de aplicação financeira o município, a prefeitura e INPREV, nós tivemos 13 milhões, mas o INPREV sozinho, 4.57 milhões. Só no primeiro quadrimestre desse ano, os 470 mil é aplicação. Alberto Dias Valério perguntou sobre a dívida da Prefeitura com o INPREV, que, Lupércio respondeu que da prefeitura ao final do exercício passado estava 74 milhões e já estamos em 72 milhões agora, redução de 2 milhões. Que pagou 2023, agora é só pagar os atrasados para reduzir juros, Que, em 2023 a gente pagou inteiro ano passado, pagamos alguns atrasados e pagamos 2023 já antecipado para poupar juros. Que, Rodrigo Naves menciona, nós já estamos no meio do ano e foi falado que a arrecadação talvez chegaria mais ou menos a 1 bilhão. Você confirma essa informação? Você acha que é possível mesmo? O Contador Lupércio respondeu que, a receita é só prevista, não dá pra afirmar. Mas, por exemplo, eu tirei um relatório hoje. Recursos livres do Tesouro 2022 Primeiro Quadrimestre, arrecadou-se 92.6 milhões, que Os recursos livres do Tesouro, Primeiro Quadrimestre 23, 111.5 milhões, que em termos monetários, 18.8 milhões a mais, em porcentagem 20.4, que, como eu chamei a atenção, teve a curiosidade que o IPTU foi cobrado no segundo quadrimestre, que, esse ano ele está sendo cobrado no primeiro, que, talvez seja primário eu dizer que houve um excesso de fato, mas período por período esse ano já teve 20.4 a mais, que, o IPVA também está começando a cobrança, acho que agora, O IPVA também teve um destaque, o IPTU, claro, pelo que eu já citei,



Câmara Municipal de Varginha

que, os outros também cresceram, o FPM também aumentou um pouquinho, o ICMS também. Mas o ICMS nos últimos dias parece que ele deu uma queda, mas no começo do ano ele veio forte. Eu só vou chamar a atenção que o imposto de renda, provavelmente esse ano também vai ter um destaque maior, que, com o decreto 11.531 a prefeitura vai reter também o imposto de renda do fornecedor aqui mesmo, que, o imposto de renda vai ter um acréscimo significativo também esse ano, que o decreto foi elaborado a partir de 1º de maio, salvo engano, antigamente o fornecedor entregava o produto nós só descontávamos o ISS, que era o tributo municipal e INSS para a gente repassar o ministério da fazenda, que, com o advento do decreto, imposto de renda agora fica retido também, que, nós não precisamos repassar para a União, então aumentou esse desconto e ele vai ficar no município mesmo, que, enquanto em arrecadação, quando o secretário fazenda elaborou, ele comentou comigo em torno de três milhões a mais, que, o Vereador Alberto Dias Valério questionou a legalidade deste decreto, que a Controladora Regina leu trecho do decreto municipal para dirimir a dúvida, "decreto 11531/2023, que os órgãos da administração direta do município de Varginha, compreendendo esta, o poder executivo, o poder legislativo, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuar em pagamento as pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder a retenção do



Câmara Municipal de Varginha

imposto, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, com base na instrução normativa da Receita Federal do Brasil, número 1234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações". Que, Lupércio acrescentou que, o optante pelo simples nacional não vamos reter o imposto de renda, que, só aquele que não for optante pelo simples nacional. Que, Alberto Dias Valério disse, a gente vê que o município ele tem uma arrecadação de ISSQN razoável, mas seria assim sugestivo, nós adotarmos mais mecanismos de vamos, vai lá, faz sua prestação de serviço e como que nós poderíamos estimular isso mas não depende só da gente aqui, dessa Casa, depende muito também do executivo, em renunciar, fazer uma troca, de estímulo de arrecadação através de prestação de serviço, mas conciliado com um pouco de renúncia também eu acho que, Varginha precisa melhorar, que, não é para apertar a fiscalização, mas é estimular o pequeno empreendedor, comerciante, o pedreiro, o serralheiro, o mecânico, a emissão dessas notas de prestação de serviço, que isso gera mais receita para o município, que, em contraponto, uma certa responsabilidade de melhorar alguns, questões de atendimento, isenção até a própria isenção de IPTU até um determinado percentual, ou seja, nós precisamos adotar mecanismos de estímulo, assim como São Paulo faz, a questão de estado e de município também, você quer que nota fiscal no seu CPF? Como que é? Que, eu acho que nós aqui dessa Casa Legislativa temos que reunir com o prefeito, com o secretário da fazenda, para que a gente



Câmara Municipal de Varginha

faça esse trabalho de estímulo, que, auxilia muito na arrecadação e de melhorias até para o próprio cidadão de Varginha ser convertido em trabalho, serviços, que, outra situação que eu gostaria de chamar a atenção aqui dos nobres colegas, a gente que está sempre recebendo projetos relacionados a salários, tivemos recentemente aqui os ACS, tivemos já os professores, estamos agora com um projeto na Casa com relação aos enfermeiros, que com relação ao INPREV o impacto que vai causar no emprego e se nós observarmos, Varginha está no patamar bem folgado em termos de outros municípios, com relação a responsabilidade, que 35.71% seria isso, só confirmar aqui isso mesmo. 35.71% nós estamos longe da margem de responsabilidade fiscal, agora vieram esses gatilhos aí que eu sou totalmente favorável, com relação à recomposição de piso de determinadas categorias, que, agora fica um alerta, professor teve saúde vai ter os acessos já tivemos um uma proposição aqui faltaram foi um ajuste na verdade, que não políticos mas técnicos, com relação a inconstitucionalidade, mas e os demais servidores? que não tem uma força de mobilização de sindicato lá em Brasília, para reivindicar por eles aqui, que ah eu não posso dar o aumento porque se não vai afetar o atuarial, vai afetar o crescimento vegetativo, pera aí, que quando veio o piso dos professores não falou-se em atuarial, que quando veio da enfermagem não se fala em atuarial, que, tá vindo aí, diz que tá vindo aí, mais pra frente, rodando o Brasil, aí o do dentista



Câmara Municipal de Varginha

tá vindo, o do coletor, gente quer deixar bem claro que o senhor diz aqui presente aqui senhoras e senhoras eu sou a favor sim de todos esses aumentos reais salário, mas eu sou a favor para que se faça isso com todas as categorias, que, não justifica você mesmo que seja um piso federal você estabelecer para uma categoria e esquecer da ABC e que, eu acho que se nós acompanharmos um pouquinho mais de perto, nós poderíamos até chamar aqui o vice-prefeito, que a pasta tá lá na mão dele para nós analisarmos, que, motorista, por exemplo, o concurso que foi feito para motorista já rodou acho que os 180, que foram aprovados vocês sabem quantos que foram chamados quantos que quiseram, que ninguém quer trabalhar com motorista, por causa do baixo piso de salário, que, aí você vai nas outras categorias, que setor de contabilidade, professor de educação física, não professor não que vai estar no nivelamento diferente, que já tá lá no teto, no piso salarial, mas vamos falar aqui de oficial administrativo, vamos falar de médico, vamos falar de auxiliar de limpeza, mas sempre me permite também é dois acréscimos eu tive olhando a lista de chamadas profissional, que nós vamos precisar do meu setor de dois e que a gente perdeu já estava em 194 e já me falaram para não ter esperança que tá difícil essa esperança, que ele não tem gente é por causa do piso salarial, que, não estimula aí eu vou mais além uma coisa que nós temos que conhecer e ter atenção é nós temos um determinado percentual de comissionados, que nós



Câmara Municipal de Varginha

temos um determinado percentual de efetivos quem faz a oxigenação do INPREV, que faz realmente movimentar, é o servidor efetivo, é você que contribui para o INPREV, você que é servidor efetivo, você que é comissionado, a sua contribuição vai para o governo federal que não faz esse repasse para o município, para o IMPREV, que então nós temos que ter uma atenção especial, fica que uma advertência até para o próprio INPREV, com a sua diretoria, com relação a esse número a essa falta de concurso público aqui no município e, que, essa falta de valorização de salários, que, se não tiver uma valorização de salários não vai estimular. Que, lá na frente, vocês que são contribuintes do IMPREV, vocês vão sofrer uma nova reforma previdenciária, que o que faz movimentar, oxigenar previdência é o servidor efetivo, em termos de Varginha que tem uma previdência separada do governo federal, que comece a cobrar mais questão de concurso público, que, agora não adianta cobrar concurso público se não tem piso salarial decente, que, não é adicional de ticket alimentação, hora extra, isso aí que vai fortalecer o seu pagamento não fortalece ali na hora, mas na hora que você aposenta esses penduricalhos não te acompanham, que, o vereador Daniel Rodrigues de Farias, acrescentou que, nós vimos até a dificuldade que o município tem para conseguir médicos também, que realmente faltando muito por causa do piso salarial, que, até já foi questionado isso nessa Casa aqui, já foi dito que outras cidades pagam muito melhor, que, então os



Câmara Municipal de Varginha

médicos preferem ir trabalhar em cidades vizinhas a do que trabalhar em Varginha, que é uma questão que está realmente preocupante, que, o sr. Lupércio disse que, parece que os municípios pequenos dão reajustes melhores do que os municípios grandes, então, município grande, da média, tá dando o que? O IPCA ou o INPC? Que, aquele que deu o INPC ainda tá melhor do que quem deu o IPCA, mas eles ficam cravados só naquele valor, que, agora, por exemplo, o último motorista que pediu exoneração, ele falou aqui eu tenho estabilidade, mas estabilidade ganhando pouco não resolve nada, que, o presidente Apoliano de Jesus Rios fez um questionamento sobre o recebimento da lei Kandir e o sr. Lupércio respondeu que a Lei Kandir foi extinta e está substituída pela lei complementar 176/2020, que Apoliano de Jesus Rios perguntou sobre onde ficou o superávit financeiro do ano passado, que o sr. Lupércio respondeu, que o superávit vai ser apurado de forma distinta, que é a disponibilidade financeira menos as obrigações que eu tenho, que Por exemplo, a prefeitura, eu tenho 357... Vou usar só o recurso livre para ficar mais claro. Eu tenho 165... não, 191 de recursos livres, se eu passei com 86 de restos a pagar, eu teria um superávit de 100 milhões que, os restos a pagar da prefeitura no total deram 86 milhões, uma coisa assim, que, aí eu estou trabalhando só com recurso livre, que existem restos a pagar de recursos vinculados, que por isso, teria que saber de fato quanto que eu tenho de restos a pagar, que, só em balanço



Câmara Municipal de Varginha

financeiro pra gente ter esse cálculo, que, esse ano abriu com 100 milhões de Superávit financeiro do Tesouro, se eu não me engano, que foi mais ou menos a mesma média de 21 para 22. que, esse ano sobrepôs, que deste ano foi maior, porque até a disponibilidade financeira de um ano para o outro aumentou também. Que, o vereador Alberto Dias Valério disse que queria questionar que nós recebemos aqui um projeto de lei com relação a prestação de contas do exercício 2021, do Executivo e até aqui da nossa Casa, onde o Tribunal de Contas chama a atenção com relação à falta de planejamento, que a gente sabe, eu particularmente sei, em partes o que vem acontecendo, que fica o alerta se as duas Casas não melhorarem o seu secretariado não melhorar a capacidade de planejar, botar no papel, que, então vamos até nós mesmos, como vereadores aqui, vamos dar uma melhorada na nossa LDO, que está chegando aí para a gente votar. Que, devemos melhorar esse planejamento para 2024, que, esse projeto vai passar nessa Casa aqui, que as comissões tem por obrigação se reunirem, debater, discutir e nós não fazemos isso, e todas as nossas comissões não se reúnem, eu acho que ainda tem tempo da gente sentar, debater, fazer as devidas mexidas legais cabíveis na nossa LDO, para melhorar um pouco e amenizar a situação do município, que o servidor Lupércio respondeu que, um dos tópicos que o analista do Tribunal de Contas colocou relacionados à Câmara foi a elaboração do orçamento, que ela recebe um recurso de 10 milhões e devolve 2.7 milhões



Câmara Municipal de Varginha

para a Prefeitura, ou seja, ela devolve 27% do valor que ela recebe, que, então foi colocado um alerta para a câmara, se atentar na elaboração desse orçamento, que, na verdade, todos os anos se devolve também, então o tribunal já está começando a atentar, como o Cabo Valério falou, que, no texto aqui fala, apesar de atendidos os parâmetros legais, há de ser salientado que os recursos não utilizados do Legislativo, que representam 14.06% dos 6% constitucionalmente previstos, que 27.16% do repasse concedido, 10 milhões, que verifica-se que a LOA fixou as despesas gerais do Legislativo em 10 milhões, enquanto os despesas executadas totalizaram 7,3 milhões, que, esses fatos denotam que houve superestimação dos gastos fixados para o referido poder, que, tendo em vista que a LOA advém da consolidação das propostas orçamentárias, entendendo adequado expedir recomendações aos atuais prefeitos e presidentes da Câmara Municipal, para que nos próximos exercícios as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, Que consequentemente a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal, que, isso daqui a câmara também vai receber cópia, é a análise de 2021. Que, o vereador Alberto Dias Valério disse que isso é com relação às gestões anteriores, e a gente já vinha conversando aqui informalmente com relação à alertas que os tribunais, não de Minas, do Mato Grosso, do Paraná, o de São Paulo, já estavam fazendo esses alertas, chamando a atenção dos presidentes de câmara com relação a



Câmara Municipal de Varginha

devolução desse duodécimo, de parte desse duodécimo eu já vim falando isso aqui, não na tribuna, mas de forma informal, com os colegas aqui desde o ano passado, que Minas agora adotou o mesmo procedimento e o Tribunal de Contas de Minas Gerais ele é um dos tribunais mais elogiados e mais eficazes que tem no Estado. Que Não havendo mais nenhuma manifestação ou questionamentos, o Presidente declarou encerrada a Audiência. Eu, Regina Bueno Nogueira, lavrei a presente Ata.

Apoliano de Jesus Rios

Alberto Dias Valério

Daniel Rodrigues Farias

Rodrigo Silva Naves

Lupércio Narciso Vieira

Regina Bueno Nogueira